

Cidades e Serviços

Íntegra do pacote fiscal de Sarney

Esta é a íntegra do pacote fiscal baixado ontem por Sarney.

Decreto-lei nº 2.396 de 21 de dezembro de 1987. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e das outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º No exercício financeiro de 1988, a tabela do imposto de renda progressivo, incidente sobre a renda líquida das pessoas físicas (Lei nº 7.450-85, art. 9º), bem como os valores de abatimentos e deduções, serão corrigidos monetariamente pela aplicação, sobre os valores vigentes no exercício financeiro de 1987, do coeficiente 1,3 (três e meio).

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, alterado pelos Decretos-leis nº 2.287, de 23 de dezembro de 1986, e nº 2.303, de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. O valor do imposto a pagar ou a restituir no mês de abril de cada ano, será convertido em número de OTN pelo valor desta no mês de janeiro do exercício financeiro correspondente.

Art. 11. Resultando fração na apuração do número de OTN, considerar-se-ão as duas primeiras casas decimais, desprezando-se as outras.

Art. 12. O saldo do imposto a pagar poderá ser recolhido em até 10 (dez) quotas iguais, mensais e sucessivas, observando-se o seguinte:

a) nenhuma quota ou quota única será paga no mês de abril do exercício financeiro;

b) a primeira quota ou quota única será paga no mês de abril do exercício financeiro;

c) as quotas vencerão no último dia útil de cada mês;

d) fica facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento de qualquer uma das quotas.

Art. 13. O número de OTN de que trata este artigo será corrigido em espécie na ocasião da restituição ou do pagamento do imposto ou da restituição.

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos artigos 4º e 5º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, o contribuinte que tenha percebido, de mais de uma fonte pagadora, rendimentos sujeitos à tributação, deverá recolher, trimestralmente, a diferença de imposto calculado com base na tabela especial, de acordo com instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 15. Para efeito do disposto neste artigo, os rendimentos, submetidos ao pagamento mensal do imposto, de conformidade com o estabelecido no art. 5º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, são considerados como percebidos de fonte pagadora única.

Art. 16. O recolhimento deve ser efetuado até o último dia útil dos meses de abril, julho e outubro do ano-base.

Art. 17. A falta do recolhimento implicará cobrança de correção monetária pela variação do valor da OTN ocorrida a partir do último mês do trimestre a que corresponder o rendimento até o mês de janeiro do exercício correspondente.

Art. 18. Fica dispensado o recolhimento da antecipação a que se refere este artigo:

a) sobre rendimentos de pequeno valor, que representem, em seu conjunto, menos de 10% dos rendimentos totais do contribuinte no trimestre;

b) para os contribuintes cujo rendimento bruto no trimestre não tenha excedido a 15 (quinze) vezes o valor fixado como limite de isenção na tabela referida no artigo 6º.

Art. 19. A tabela para cálculo do recolhimento da diferença de que trata este artigo corresponderá à tabela referida no art. 6º ajustada para cada trimestre.

Art. 20. O contribuinte do imposto de renda que tenha direito à restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, poderá optar por compensar, de 23 de dezembro de 1985, o valor do imposto a pagar apurado na declaração de rendimentos do exercício financeiro de 1988, pelo valor equivalente ao saldo a restituir no ano de 1989.

Art. 21. Para efeito da compensação a restituição em OTN, será deduzida do saldo do imposto a pagar, convertido em número de OTN de acordo com o art. 10 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com a redação dada por este decreto-lei.

Art. 22. A opção de que trata este artigo deverá ser manifestada pelo contribuinte na declaração de rendimentos do exercício financeiro de 1988.

Art. 23. A partir do exercício financeiro de 1989, para fins do disposto de que trata o artigo 8º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, o imposto de renda progressivo, incidente sobre a renda líquida das pessoas físicas, será calculado de acordo com a seguinte tabela:

Classe de Renda	Renda Líquida Mensal	Alíquota %
1	Até 100.000,00	isento
2	De 100.001,00 a 200.000,00	10%
3	De 200.001,00 a 300.000,00	15%
4	De 300.001,00 a 400.000,00	20%
5	De 400.001,00 a 500.000,00	25%
6	De 500.001,00 a 700.000,00	30%
7	De 700.001,00 a 1.000.000,00	35%
8	De 1.000.001,00 a 1.300.000,00	40%
9	Acima de 1.300.000,00	45%

Art. 24. Parágrafo único. A tabela de que trata este artigo será corrigida monetariamente pela aplicação de coeficiente que traduza a variação do valor médio da OTN no ano-base em relação ao valor médio da OTN no ano anterior; a primeira correção far-se-á no exercício financeiro de 1989.

Art. 25. A tabela para o cálculo do imposto de renda na fonte, prevista no art. 4º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, fica reajustada na forma abaixo, observada a dispensa da retenção do imposto no caso de rendimento bruto do trabalho assalariado de até cinco vezes o valor do Salário Mínimo de Referência:

Classe de Renda	Renda Líquida Mensal	Alíquota %
1	Até 12.000,00	isento
2	De 12.001,00 a 30.000,00	10%
3	De 30.001,00 a 60.000,00	15%
4	De 60.001,00 a 100.000,00	20%
5	De 100.001,00 a 150.000,00	25%
6	De 150.001,00 a 200.000,00	30%
7	De 200.001,00 a 250.000,00	35%
8	De 250.001,00 a 300.000,00	40%
9	Acima de 300.000,00	45%

Art. 26. As deduções admitidas para o cálculo da renda líquida mensal ficam reajustadas para:

a) 25% do rendimento bruto, limitado, conforme o disposto no art. 6º, I, da Lei nº 7.450-85, a Czs 7.000,00 (sete mil cruzados) mensais;

b) Czs 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzados) mensais por dependente.

Art. 27. O disposto neste artigo aplica-se aos rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 28. O desconto sobre os rendimentos pagos creditados posteriormente ao mês-calendário deve ser efetivado em conformidade com a tabela vigente no mês de aquisição do direito aos rendimentos.

Art. 29. A tabela de que trata este artigo será corrigida monetariamente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, pela aplicação de coeficiente que traduza a variação do valor da OTN ocorrida no período; a primeira correção far-se-á em abril de 1988.

Art. 30. Poderão ser abatidos da renda bruta os pagamentos feitos a empresas nacionais, autônomas, e legalmente constituídas, para a aquisição de seguros de vida, de acidentes pessoais e de destinados à cobertura de despesas com hospitalização e cuidados médicos e dentários, relativos ao contribuinte, seu cônjuge e dependentes, vedada a inclusão de prêmio de seguro do tipo prêmio único.

Art. 31. Também serão abatidos os pagamentos feitos a entidades que assegurem direitos de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica e hospitalar.

Art. 32. O abatimento de que trata este artigo não poderá ultrapassar Czs 50.000,00 (cinquenta mil cruzados) e ficará sujeito ao limite previsto no art. 9º da Lei nº 7.450, de 30 de novembro de 1964.

Art. 33. O abatimento de que tratam os artigos 30º e 31º do Decreto-lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986 (regulamentação privada fechada e aberta), juntamente com os abatimentos a que se referem o art. 12, II, do Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986 (planos PATI), e o art. 2º, I, do Decreto-lei nº 2.301, de 21 de novembro de 1986 (caderneta previdência), não poderão exceder, em seu conjunto, Czs 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzados), observados os demais limites estabelecidos.

Art. 34. As importâncias pagas ou descontadas, como contribuição, a entidades de previdência fechada, nos termos do art. 2º do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1986, deixam de ser dedução da tabela C da declaração de rendimentos e passam a constituir abatimento da renda líquida do contribuinte, submetido ao limite previsto no art. 9º da Lei nº 7.450, de 30 de novembro de 1964.

Art. 35. A correção monetária de que trata o art. 1º deste decreto-lei não se aplica ao limite de que trata este artigo, a partir do exercício financeiro de 1989 sua correção será feita usando os mesmos critérios adotados para os demais abatimentos.

Art. 36. Ficam extintas as reduções do imposto progressivo por investimentos em:

I — caderneta de poupança (art. 2º, I, do Decreto-lei nº 1.841, de 29 de dezembro de 1980);

II — subscrição de ações de companhias abertas (art. 2º, III, do Decreto-lei nº 1.841, de 29 de dezembro de 1980).

Art. 10. Ficam sujeitos à tributação na cédula "H" da declaração de rendimentos, dos ganhos líquidos auferidos nas operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1988, a termo, futuro e nos contratos de opções de compra ou de venda, realizados em bolsas de valores, de mercadorias ou mercados outros de liquidação futura, inclusive operações com divisas, mercadorias, índices, pedras e metais preciosos.

Art. 11. Considera-se ganho líquido o resultado positivo auferido na liquidação financeira de cada operação ou contrato, deduzidos dos custos e despesas necessários.

Art. 12. A Secretaria da Receita Federal baixará as instruções necessárias à apuração dos ganhos de que trata este artigo.

Art. 13. A distribuição, pelos exercícios financeiros correspondentes, dos rendimentos referidos nos artigos 14 da Lei nº 154, de 23 de novembro de 1947, e 19 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, poderá ser efetuada com exclusão da parcela correspondente à correção monetária dos valores recebidos acumuladamente, desde que calculada segundo a variação da OTN. Nesse caso, o imposto apurado será considerado como devido no exercício de competência, devendo seu valor ser corrigido monetariamente, a partir do mês de janeiro do exercício financeiro a que corresponder, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 14. Não entrará no cálculo do rendimento bruto a correção monetária de investimentos calculada aos mesmos índices aprovados para as OTN.

Art. 15. As pessoas físicas deverão informar à Secretaria da Receita Federal, juntamente com a declaração, os rendimentos que pagaram no ano anterior, por si ou como representantes de terceiros, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Geral de Contribuintes, das pessoas que os receberam.

Art. 16. Deverão ser informados, na forma deste artigo: a) os rendimentos pagos a pessoas jurídicas, quando constituam abatimento ou dedução na declaração do contribuinte;

b) os rendimentos pagos a pessoas físicas, quando não abatemento ou dedução na declaração do contribuinte, compreendendo pagamentos efetuados a profissionais liberais, tais como médicos, dentistas, advogados, veterinários, economistas, contadores, engenheiros, arquitetos, psicólogos, fisioterapeutas, e os pagamentos efetuados a título de aluguel, pensão alimentícia e juros.

Art. 17. A falta de informação de pagamento efetuado sujeitará o infrator à multa de 20% (vinte por cento) do imposto não declarado ou de eventual insuficiência, aplicável pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 18. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto nos artigos 1º, 2º, 4º e 11 a 13 a partir do exercício financeiro de 1988, ano-base de 1987, e o disposto nos artigos 3º e 5º a 10 aos rendimentos auferidos e aos dispêndios realizados a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 21 de dezembro de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

Imposto sobre a fortuna

PROJETO DE LEI

Cria o Imposto sobre a Fortuna.

Art. 1º Fica instituído o imposto sobre a Fortuna das pessoas físicas.

Art. 2º A base de cálculo do imposto é o valor do patrimônio existente no início de cada exercício financeiro.

Art. 3º O patrimônio é constituído de todos os bens e direitos, de qualquer natureza, qualquer que seja seu emprego ou localização conforme constante da declaração anual de bens do contribuinte, diminuindo o valor das dívidas. As dívidas vinculadas serão deduzidas do valor dos bens ou direitos a que corresponderem, até o valor destes.

Art. 4º O Poder Executivo publicará lista de bens que, pelo pequeno valor de mercado, devam ser excluídos do patrimônio tributável.

Art. 5º O imposto será cobrado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

Valor do Patrimônio Líquido	Alíquota %
Até 50.000 OTN	isento
De 50.001 a 75.000 OTN	0,1%
De 75.001 a 100.000 OTN	0,3%
Acima de 100.000 OTN	0,5%

Art. 6º São contribuintes do imposto a pessoa física domiciliada no País, o espólio, e a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior em relação aos bens, direitos e dívidas que tenham no País.

Art. 7º A declaração do imposto será apresentada, pelo contribuinte ou seu representante, juntamente com a declaração do imposto de renda.

Art. 8º No regime de comunhão de bens os cônjuges serão tributados em conjunto. No regime de separação de bens os cônjuges poderão optar pela tributação em separado.

Art. 9º Os bens e direitos de fôlhas menores serão tributados juntamente com os de seus pais.

Art. 10. O pagamento do imposto será efetuado em prestações mensais e iguais, vencíveis no último dia útil de cada mês de abril, a partir do exercício financeiro de 1988.

Art. 11. O imposto será superior ao valor de duas OTN.

Art. 12. No cálculo do imposto será dado crédito do valor dos impostos estaduais e municipais, incidentes sobre a propriedade, efetivamente pagos pelo contribuinte no ano anterior sobre bens integrantes da base do imposto sobre a Fortuna, até o produto do valor desses bens pela alíquota de que trata o art. 2º.

Art. 13. A pessoa jurídica emitente de títulos ou obrigações ao portador poderá, por ocasião do pagamento do crédito dos rendimentos, 0,005% (cinco milésimos por cento, por dia sobre o valor do título ou obrigação, a título de imposto sobre a Fortuna da pessoa física não identificada.

Art. 14. A administração e fiscalização do imposto compete à Secretaria da Receita Federal. Aplicam-se subsidiariamente ao imposto sobre a Fortuna, no que couber, os dispositivos da legislação do imposto de renda referente à administração, lançamento, consulta, cobrança, penalidades, garantias e processo administrativo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá, por razões de política econômica, excluir da base de cálculo do imposto sobre a Fortuna determinados bens pertencentes a domiciliados no exterior.

Art. 16. O Poder Executivo baixará as instruções que forem necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ganhos de capital

PROJETO DE LEI

Institui o Imposto sobre Ganhos de Capital.

Art. 1º Fica instituído o Imposto sobre Ganhos de Capital (IGC) auferidos por pessoas físicas, que será cobrado de acordo com esta lei.

Art. 2º Ganho de capital tributável é o resultado da soma dos ganhos auferidos no ano-calendário, deduzidas de transmissão de bens ou direitos de qualquer natureza.

Art. 3º O ganho de capital consiste na diferença positiva entre o valor da transmissão do bem ou direito (art. 10) e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente.

Art. 4º O ganho de capital realizado em cada operação será corrigido monetariamente a partir do mês de sua apuração até o mês de dezembro do ano calendário correspondente.

Art. 5º São contribuintes do imposto as pessoas físicas domiciliadas no País e as domiciliadas no exterior em relação aos bens ou direitos que tenham no País.

Art. 6º A alíquota do imposto é de 20% (vinte por cento) sobre o ganho de capital tributável.

Art. 7º Na apuração do ganho de capital serão consideradas as operações que importem transmissão, a qualquer título, de bens ou direitos ou na cessão ou promessa de cessão de direitos a sua aquisição, tais como as realizadas por compra e venda, permuta, adjudicação, doação em pagamento, compra, proceção em causa própria, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins.

Art. 8º O custo de aquisição é o valor constante da última declaração de bens (Lei nº 4.069/62, art. 51), corrigido monetariamente.

Art. 9º Na declaração apresentada no exercício de 1988, correspondente à posição do patrimônio em 31 de dezembro de 1987, o contribuinte declarará o valor de mercado dos bens naquele dia. Esses valores não serão impugnados pela autoridade fiscal, a menos que notoriamente superiores ao valor de mercado.

Art. 10. A partir da declaração correspondente a 31 de dezembro de 1988, os valores constantes da declaração de bens serão atualizados segundo a variação da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN. Art.

Art. 11. Nas aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 1988, o custo de aquisição será o preço ou valor pago, ou a ausência deste, conforme o caso:

I — o valor, atribuído para efeito de pagamento do imposto de transmissão;

II — o valor que tenha servido de base para o cálculo do imposto de importação, acrescido do valor dos tributos e das despesas de desembarque aduaneiro;

III — o valor da avaliação no inventário ou arrolamento.

Art. 1º A contribuição de melhoria integra o custo do imóvel.

Art. 2º O custo de aquisição de títulos e valores mobiliários, de quotas de capital e dos bens fungíveis será a média ponderada dos custos unitários, por espécie, desses bens, corrigidos monetariamente.

Art. 3º O custo é considerado igual a zero no caso das participações societárias resultantes do aumento de capital por incorporação de lucros e reservas, no caso de partes beneficiárias adquiridas gratuitamente, assim como de qualquer bem cujo valor não possa ser determinado nos termos do artigo anterior.

Art. 4º O custo de aquisição será o determinado a declaração (art. 7º), o custo de aquisição será o determinado na forma do art. 8º, independentemente da época da aquisição, atualizado por variação cambial ou correção monetária.

Art. 5º Valor da transmissão é o preço efetivo da operação de venda ou da cessão de direitos.

Art. 6º Parágrafo único. Quando o valor do bem ou direito transmitido não se traduzir em dinheiro ou quando houver suspeita de que o valor declarado é simulado, o valor da transmissão será arbitrado segundo o valor de mercado.

Art. 7º Nas alienações a prazo, o ganho de capital será tributado na proporção das parcelas recebidas em cada ano calendário.

Art. 8º Parágrafo único. Submete-se à tributação a correção monetária sobre o ganho de capital, que vier a ser recebida.

Art. 9º A correção monetária de que trata esta Lei é efetuada segundo a variação do valor da OTN.

Art. 10. Não entrará no cálculo do rendimento bruto a correção monetária de investimentos calculada aos mesmos índices aprovados para as OTN.

Art. 11. As pessoas físicas deverão informar à Secretaria da Receita Federal, juntamente com a declaração, os rendimentos que pagaram no ano anterior, por si ou como representantes de terceiros, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Geral de Contribuintes, das pessoas que os receberam.

Art. 12. Deverão ser informados, na forma deste artigo: a) os rendimentos pagos a pessoas jurídicas, quando constituam abatimento ou dedução na declaração do contribuinte;

b) os rendimentos pagos a pessoas físicas, quando não abatemento ou dedução na declaração do contribuinte, compreendendo pagamentos efetuados a profissionais liberais, tais como médicos, dentistas, advogados, veterinários, economistas, contadores, engenheiros, arquitetos, psicólogos, fisioterapeutas, e os pagamentos efetuados a título de aluguel, pensão alimentícia e juros.

Art. 13. A falta de informação de pagamento efetuado sujeitará o infrator à multa de 20% (vinte por cento) do imposto não declarado ou de eventual insuficiência, aplicável pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 14. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto nos artigos 1º, 2º, 4º e 11 a 13 a partir do exercício financeiro de 1988, ano-base de 1987, e o disposto nos artigos 3º e 5º a 10 aos rendimentos auferidos e aos dispêndios realizados a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 21 de dezembro de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

Art. 1º — o ganho de capital decorrente de alienação a vista de ações de companhia aberta em bolsa de valores;

Art. 2º — indenização por desapropriação ou em liquidação de sinistro relativo a opção segurado.

Art. 3º A exclusão de que trata o item I fica limitada ao valor de 2.000 (duas mil) OTN vigente no mês de apuração do ganho de capital.

Art. 4º Não se fará a exclusão a que se refere ao item II, a) quando se tratar de alienação de participações societárias que implique transferência, direta ou indireta, do controle de sociedade;

b) quando a aquisição e a alienação tenham ocorrido no mesmo dia ou a curtíssimo prazo, assum definido pelo Ministro da Fazenda.

Art. 15. Nas transmissões a título gratuito, inclusive nos casos de adiantamento da legítima, o imposto é devido sobre a diferença entre o valor da transmissão e o custo de aquisição (arts. 7º a 9º).

Art. 16. No caso de herança ou legado, o imposto será devido sobre a diferença entre o valor atribuído na partilha ou adjudicação dos bens e o custo de aquisição (arts. 7º a 9º).

Art. 17. O custo de aquisição dos bens adquiridos por herança ou legado é o valor constante da partilha ou adjudicação dos bens.

Art. 18. Fim sujeitos à tributação os ganhos líquidos auferidos nas operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1988, a termo, futuro e nos contratos de opções de compra ou de venda, realizados em bolsas de valores, de mercadorias ou mercados outros e da liquidação futura, inclusive operações com divisas, mercadorias, índices, pedras e metais preciosos.

Art. 19. Considera-se ganho líquido o resultado positivo auferido na liquidação financeira de cada operação ou contrato, deduzidos dos custos e despesas necessários.

Art. 20. A Secretaria da Receita Federal baixará as instruções necessárias à apuração dos ganhos de que trata este artigo.

Art. 21. O ganho de capital será tributado, também, nos regimes de quotas de futuros, de opções e clubes de investimento de renda variável, em relação à diferença entre o valor da aquisição e o de cada resgate.

Art. 22. Será excluída da base de cálculo:

a) correção monetária do investimento;

b) os rendimentos já tributados pelo imposto de renda;

c) os ganhos de capital auferidos pelo fundo na alienação de ações, a vista, em bolsa de valores, ressalvada a hipótese do art. 5º, § 2º.

Art. 23. O ganho de capital auferido pelos condôminos dos fundos a que se refere o Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986, será tributado à alíquota de 15% (quinze por cento).

Art. 24. No caso de ganho de capital auferido por residente ou domiciliado no exterior, o imposto será devido no momento da transmissão do bem ou direito.

Art. 25. Parágrafo único. O imposto deverá ser pago no prazo de quinze dias contados da realização da operação.

Art. 26. Atualmente, no mês fixado pelo Ministro da Fazenda, a pessoa física deverá apresentar declaração do imposto sobre ganhos de capital, em modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 27. O imposto deve ser pago até o último dia útil do mês de janeiro subsequente ao ano calendário de apuração do ganho de capital.

Art. 28. O contribuinte pode optar por pagar o imposto em até oito parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Art. 29. O imposto será convertido em número de OTN pelo valor desta no mês de janeiro.

Art. 30. Resultando fração na apuração do número de OTN, considerar-se-ão as duas primeiras casas decimais, desprezando-se as outras.

Art. 31. Nenhuma parcela será inferior a 1 (uma) OTN; o imposto de valor inferior a 2 (duas) OTN será pago de uma só vez.

Art. 32. A primeira parcela ou parcela única será paga no mês de abril do exercício financeiro.

Art. 33. As parcelas vencerão no último dia útil de cada mês.

Art. 34. O número de OTN de que trata este artigo será reconvertido para cruzados pelo valor da OTN no mês de pagamento do imposto.

Art. 35. A administração e fiscalização do imposto compete à Secretaria da Receita Federal.

Íntegra do pacote fiscal de Sarney

de compra e venda de açúcares de produção nacional, para fins de exportação, que passará a ser realizadas por pessoas naturais e jurídicas de direito privado.

Parágrafo único. Os Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio proporão, ao Presidente da República, as medidas necessárias à execução do disposto neste artigo, assegurada, em qualquer caso, a continuidade da produção da agroindústria canieira da Região Nordeste.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

Ações

Decreto-lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1987.

Dispõe sobre a transferência das ações representativas da participação federal nas entidades vinculadas ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) e das outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) transferirá à União a totalidade das ações, de sua propriedade, representativas do capital das Centrais de Abastecimento S.A. (CEASA), entidades integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), de que trata a Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971, e demais atos dela decorrentes.

Art. 2º As transferências de que trata este artigo far-se-ão, até 31 de março de 1988, mediante a lavratura de instrumento em livro próprio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 10, item V, letra "b", do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, observadas as seguintes condições:

a) o valor das ações a serem transferidas correspondendo ao que for apurado no balanço patrimonial levantado pela CEASA com referência ao exercício financeiro de 1986;

b) o valor das ações a serem transferidas poderá ser antecipado, inclusive mediante termo aditivo aos respectivos instrumentos, se o balanço patrimonial das CEASAs referente ao exercício de 1987 resultar, para as ações, um valor patrimonial, no mínimo, 10% (dez por cento) superior ao apurado na forma do item anterior;

c) os valores de que tratam os itens anteriores, convertidos ao seu equivalente em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), serão lançados, pela COBAL, a débito da União, e compensados, até o exercício financeiro de 1992, com créditos decorrentes de dividendos e resultados de exercício ou de outras origens.

Art. 2º As ações adquiridas na forma do artigo anterior poderão ser alienadas, mediante doação, aos Estados, Municípios, bem assim às respectivas entidades da administração indireta, condicionada à assunção, pelo donatário, dos seguintes encargos:

I — obrigação de manter inalterado o objeto social da CEASA;

II — inclusão de representantes dos usuários e dos empregados da CEASA nos órgãos de administração da sociedade; e

III — observância da orientação normativa dos órgãos e entidades da Administração Federal.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

Decreto-Lei nº 2.399, de 21 de dezembro de 1987

Dispõe sobre a transferência das ações representativas do capital da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), de seus bens e das outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, a qualquer título, aos Estados e a entidades de sua Administração indireta, as ações representativas do capital da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), bem assim os bens móveis e imóveis que integram o seu patrimônio.

Art. 2º O Ministério dos Transportes criará Comissão que estabelecerá diretrizes para as transferências de que trata o artigo anterior e adotará as soluções necessárias para que o serviço de transporte ferroviário de passageiros nas Regiões Metropolitanas passe a ser explorado pelos Estados, sem solução de continuidade e sem prejuízo da manutenção da competência normativa de órgãos federais.

§ 1º A Comissão proporá soluções adequadas para as dívidas de longo prazo da CBTU e para a participação da União no custeio dos serviços a serem transferidos na forma deste artigo.

§ 2º A União poderá sub-rogar-se nos direitos e obrigações decorrentes de operações financeiras celebradas pelos Estados e entidades de sua Administração indireta, desde que recomendada pela Comissão, e:

a) — as operações refiram-se a projetos, já em execução, que envolvam investimentos de capital no setor ferroviário;

b) — os contratos respectivos tenham sido firmados com a garantia da União; e

c) — os Estados ou as entidades tenham adquirido participações acionárias na CBTU ou se associado com esta para a consecução de empreendimentos comuns.

Art. 3º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

Imóveis da União

Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.

Dispõe sobre lotos, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e das outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A taxa de ocupação de terrenos da União, calculada sobre o valor do domínio pleno do terreno, atualmente atualizado pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), será, a partir do exercício de 1988, de:

I — 2% (dois por cento) para as ocupações já inscritas e para aquelas cuja inscrição seja requerida, ao SPU, até 31 de março de 1988; e

II — 5% (cinco por cento) para as ocupações cuja inscrição seja requerida ou promovida ex officio, a partir de 1º de abril de 1988.

Art. 2º O Ministro da Fazenda, mediante portaria, estabelecerá os prazos para o recolhimento de lotos e taxas de ocupação relativos a terrenos da União, podendo autorizar o parcelamento em até oito cotas mensais.

Art. 3º Dependendo do prévio recolhimento do laudêmio, em quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do domínio pleno e das benfeitorias, a transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil de terreno da União ou de direitos sobre benfeitorias nelas construídas, bem assim a cessão de direito a eles relativos.

§ 1º As transferências parciais de aforamento ficarão sujeitas a novo foro para a parte desmembrada.

§ 2º Os Registros de Imóveis, sob pena de responsabilidade do respectivo titular, não registrarão as escrituras relativas a bens imóveis de propriedade da União ou que contenham, ainda que parcialmente, terreno da União:

a) sem prova do pagamento do laudêmio;

b) se o imóvel estiver situado em zona que houver sido declarada de interesse do serviço público em portaria do Diretor-Geral do Serviço do Patrimônio da União; e

c) sem a observância das normas estabelecidas em Regulamento.

§ 3º O Serviço do Patrimônio da União (SPU) proce-

derá à revisão do cálculo do lucro recolhido e, apurada diferença a menor, notificará o interessado para recolhê-la, no prazo de 30 (trinta) dias, devolvendo o valor da eventual diferença a maior.

§ 4º O recolhimento da diferença a menor e a devolução da diferença a maior serão feitos pelos respectivos valores monetariamente atualizados pelo Índice de variação de uma Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

§ 5º O não recolhimento de diferença a menor, no prazo fixado no parágrafo anterior, acarretará a sua cobrança com os acréscimos previstos nos arts. 15 e 16 do Decreto-Lei nº 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.331, de 28 de maio de 1987.

Art. 4º A alienação de bens imóveis da União, sob administração do Serviço do Patrimônio da União (SPU), será feita em leilão público, podendo adquiri-los, em condições de igualdade com o lance vencedor, o ocupante ou locatário, sendo o mesmo procedimento adotado para a alienação do domínio útil, quando não houver preferência ao aforamento, observados os procedimentos estabelecidos no art. 15, inciso I, do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e modificações posteriores.

Art. 5º Ressalvados os terrenos da União que, a critério do Poder Executivo, venham a ser necessários ao Serviço Público, conceder-se-á o aforamento:

I — independentemente do pagamento do preço correspondente ao valor do domínio útil, nos casos previstos nos arts. 105 e 215 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;

II — mediante o pagamento do preço referido no item anterior, nos casos previstos no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977; e

III — mediante leilão público, nas hipóteses do art. 99 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 6º A realização de aterros para a formação de acréscimos de marinha ou nas margens de lagos, rios e ilhas fluviais e lacustres de propriedade da União, sem prévia autorização do órgão competente do Poder Executivo, importará:

I — na remoção do aterro e demolição das eventuais benfeitorias, à conta de quem as houver efetuado;

II — na automática aplicação de multa mensal em valor equivalente a 5 (cinco) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), para cada 1m² (um metro quadrado) das áreas aterradas ou construídas, que será cobrada em dobro, após 30 (trinta) dias da notificação, pelo correio ou por edital, se o infrator não tiver removido o aterro e demolido a construção.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo aplicar-se-ão a edificações em praias marítimas e oceânicas, bem assim nas praias formadas em lagos, rios e ilhas fluviais e lacustres de propriedade da União.

Art. 7º O Poder Executivo expedirá o Regulamento deste Decreto-lei, que disporá sobre os procedimentos administrativos de medição, demarcação, identificação e avaliação de imóveis de propriedade da União, e promoverá a consolidação, mediante decreto, da legislação relativa ao patrimônio imobiliário da União.

Art. 8º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogados o § 1º do art. 101, os arts. 102, 107, 111, 112 a 115, 117, os §§ 1º e 2º do art. 127, o art. 129, os arts. 130, 134 a 148, 159 a 163 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 3º do Decreto-lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977, e demais disposições em contrário.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

IR das pessoas jurídicas

Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987

Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e das outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A partir do exercício financeiro de 1989 não incidirá o imposto de renda das pessoas jurídicas sobre o lucro apurado, no encerramento de cada período-base, pelas sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e constituídas exclusivamente por pessoas físicas domiciliadas no País.

§ 1º A apuração do lucro de cada período-base será feita com observância das leis comerciais e fiscais, inclusive correção monetária das demonstrações financeiras, computando-se:

I — as receitas e rendimentos pelos valores efetivamente recebidos no período-base;

II — os custos e despesas operacionais pelos valores efetivamente pagos no período-base;

III — as receitas, recebidas ou não, decorrentes da venda de bens do ativo permanente;

IV — o valor contábil dos bens do ativo permanente baixados no curso do período-base;

V — os encargos de depreciação e amortização correspondentes ao período-base;

VI — as variações monetárias ativas e passivas correspondentes ao período-base;

VII — o saldo da conta transitória de correção monetária, de que trata o art. 3º, II, do Decreto-Lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987.

§ 2º As sociedades de que trata este artigo não se aplicam o disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987.

Art. 2º O lucro apurado (art. 1º) será considerado automaticamente distribuído aos sócios, na data de encerramento do período-base, de acordo com a participação de cada um nos resultados da sociedade.

§ 1º O lucro de que trata este artigo ficará sujeito à incidência do Imposto de Renda na fonte, como antecipação do devido na declaração da pessoa física, aplicando-se a tabela de desconto do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado, exceto quando já tiver sofrido a incidência durante o período-base, na forma dos §§ 2º e 3º.

§ 2º Os lucros, rendimentos ou quaisquer valores pagos, creditados ou entregues aos sócios, mesmo a título de empréstimo, antes do encerramento do período-base, equiparam-se a rendimentos distribuídos e ficam sujeitos à incidência do Imposto de Renda na fonte, na data do pagamento ou crédito, como antecipação do devido na declaração da pessoa física, calculado de conformidade com o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º O Imposto de Renda retido na fonte sobre receitas da sociedade de que trata o art. 1º poderá ser compensado com o que a sociedade tiver retido, de seus sócios, no pagamento de rendimentos ou lucros.

Art. 3º As contribuições para o Programa de Integração Social — PIS e para o Fundo de Investimento Social — Finsocial, devidas pelas sociedades de que trata o art. 1º, serão calculadas, na forma da legislação em vigor, sobre o Imposto de Renda, como se devido fosse, apurado sobre os resultados determinados na forma do artigo 1º.

Art. 4º Não são dedutíveis, para efeito de determinar o lucro real, os pagamentos efetuados à sociedade civil de que trata o art. 1º, quando esta for controlada, direta ou indiretamente, por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes ou controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos, bem como pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das referidas pessoas.

Art. 5º O lucro apurado pela microempresa, isento do Imposto de Renda das pessoas jurídicas nos termos da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, será considerado automaticamente distribuído ao titular ou aos sócios, na data de encerramento do período-base, de acordo com a participação de cada um nos resultados da microempresa.

§ 1º O Poder Executivo baixará normas para apuração simplificada do lucro das microempresas.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a partir do exercício financeiro de 1989, quando ficar revogado o art. 10 do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986.

Art. 6º Serão computados na determinação do lucro real de pessoa jurídica os resultados líquidos obtidos em operações de cobertura realizadas nos mercados de futuros, em bolsas no exterior, iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1988.

§ 1º No caso de operações que não se caracterizem como de cobertura, para efeito de apuração do lucro real os lucros obtidos serão computados e os prejuízos não serão dedutíveis.

§ 2º O Poder Executivo expedirá instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo.

Art. 7º Serão computados no lucro real das pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no País os resultados obtidos no exterior, diretamente ou através de filiais, sucursais, agências ou representações.

Parágrafo único. O imposto de renda pago no exterior será considerado redução do imposto de renda brasileiro, mas a redução não poderá implicar imposto menor que o que seria devido sem a inclusão dos resultados obtidos no exterior.

Art. 8º A dedutibilidade da atualização monetária do imposto de renda, de que trata o art. 4º do Decreto-Lei nº 2.325, de 8 de abril de 1987, limita-se à atualização do imposto provisionado no balanço de encerramento do período-base correspondente.

Art. 9º No cálculo das antecipações do imposto de renda das pessoas jurídicas, a serem recolhidas nos termos do Decreto-Lei nº 2.334, de 24 de agosto de 1987, deverão ser considerados os efeitos da eliminação de incentivos fiscais, alteração de alíquota ou de base de cálculo do imposto.

Art. 10º São procedidas as seguintes alterações no Decreto-Lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987:

I — O art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os bens do ativo imobilizado e os valores registrados em contas de investimento, ativo diferido e patrimônio líquido, baixados no curso do período-base, serão corrigidos monetariamente segundo a variação do valor da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN, ocorrida a partir do mês do último balanço corrigido até o mês em que a baixa for efetuada, e a contrapartida da correção será registrada na conta de que trata o item II do artigo anterior.

§ 1º Os bens e valores acrescidos no curso do período-base serão corrigidos monetariamente segundo a variação do valor da OTN ocorrida a partir do acréscimo até o mês em que a baixa for efetuada.

§ 2º Serão corrigidas monetariamente, na forma deste artigo, as contas retificadas correspondentes aos bens e valores baixados."

II — Os itens VI, VII e VIII do art. 16 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16.

VI — os ajustes, baixas, liquidações ou transferências de valores acrescidos, no exercício da correção, às contas do patrimônio líquido, serão deduzidos dos acréscimos, na ordem cronológica destes, e convertidos para número de OTN pelo valor desta no mês em que ocorrer qualquer um desses eventos;

VII — o valor de patrimônio líquido de investimento em coligada ou controlada transferido do período-base anterior e as reduções desse valor, durante o exercício da correção, pelo recebimento de lucros ou dividendos, serão convertidos para número de OTN pelo valor desta no mês em que forem distribuídos;

VIII — os lucros ou dividendos, recebidos durante o período-base, de participação societária avaliada pelo custo de aquisição, na hipótese a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.072, de 20 de dezembro de 1983, serão convertidos para número de OTN pelo valor desta no mês da distribuição."

Parágrafo único. As alterações procedidas por este artigo, vigoram a partir do período-base a iniciar-se em 1º de janeiro de 1988.

Art. 11. As operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 1988 não se aplicarão a exclusão do lucro decorrente de exportações para efeito de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como outros benefícios relacionados ao imposto de renda, previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 1.158, de 16 de março de 1971, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.721, de 3 de dezembro de 1979 (exportação de manufaturados), artigos 3º e 4º do Decreto-lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, com redação dada pelo art. 2º do Decreto-lei nº 1.894, de 16 de dezembro de 1981, e pelo art. 3º do Decreto-lei nº 1.721, de 3 de dezembro de 1979 (exportação através de empresas comerciais exportadoras), art. 2º do Decreto-lei nº 1.418, de 3 de setembro de 1975 (vendas a empresas de engenharia), Decreto-lei nº 1.362, de 28 de novembro de 1974 (fornecimentos a estaleiros), art. 5º do Decreto-lei nº 1.189, de 24 de setembro de 1971 (fornecimento para equipar empresas no exterior), artigo 19 e 20 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974 (fornecimento para arrendamento no exterior), art. 4º do Decreto-lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975 (exportação através da Zona Franca de Manaus), art. 26 do Decreto-lei nº 308, de 28 de fevereiro de 1967 (exportação através do IAA), art. 1º do Decreto-lei nº 1.418, de 3 de setembro de 1975, com a redação alterada pelo art. 8º do Decreto-lei nº 1.633, de 9 de agosto de 1978 (exportação de serviços), Decreto-lei nº 1.240, de 11 de outubro de 1972 (exportação de minerais abundantes) e no Decreto-lei nº 1.219, de 15 de maio de 1972 (programas Beflex).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica em relação a exportações previstas em programa especial de exportação aprovado, até 31 de dezembro de 1987, nos termos do Decreto-lei nº 1.219, de 15 de maio de 1972.

Art. 12. A partir do exercício financeiro de 1988:

I — ficará reduzido para 10% (dez por cento) o limite para aplicação de parcela do imposto devido no Fundo de Investimento Setorial — Florestamento e Reflorestamento, prevista nos itens I e IV do art. 11 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, com a alteração efetuada pelo Decreto-lei nº 1.478, de 26 de agosto de 1976, limitados os investimentos à área de atuação da Sudene, ao Estado do Espírito Santo e ao Vale do Rio Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais;

II — cessará a facultade de a pessoa jurídica optar pela aplicação de parcela do imposto devido no Fundo de Investimento Setorial — Turismo, prevista no item II do art. 11 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974;

III — o percentual para aplicação nos Fundos de Investimentos do Nordeste ou da Amazônia (Decreto-lei nº 1.376/74, art. 11, I) passará a ser de 40% (quarenta por cento);

IV — o limite global das aplicações, previsto no § 3º do art. 11 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, passará a ser de 40% (quarenta por cento);

V — a dedução do imposto devido, prevista no art. 21 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, passará a ser de 0,5% (meio por cento);

VI — o limite para aplicação em ações novas da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Decreto-lei nº 1.376/74, art. 11, VI) passará a ser de 0,5% (meio por cento);

VII — a dedução do imposto devido, relativa a gastos realizados na formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de informática, prevista na parte final do item V do art. 13 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, não poderá exceder, em cada período-base, a 10% (dez por cento) do imposto devido;

VIII — os limites de dedução de que tratam as leis nºs 6.297, de 15 de dezembro de 1975 (Formação Profissional de Empregados) e nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 (Vale-Transporte), ficarão reduzidos em 20% (vinte por cento);

IX — a dedução de que tratam os itens VII e VIII deste artigo, juntamente com a de que trata o art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, não poderá reduzir o imposto devido, em cada período-base, em mais de 10% (dez por cento);

X — deixará de ser aplicável a alíquota especial de 6% (seis por cento), de que trata o Decreto-lei nº 1.662, de 2 de fevereiro de 1979, com as alterações procedidas pelo art. 3º do Decreto-lei nº 1.682, de 7 de maio de 1979, passando a tributação das pessoas jurídicas por ele abrangidas a ser feita à alíquota normal de 35% (trinta e cinco por cento) e aplicando-se o adicional de que trata o art. 25 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Art. 13. Fica prorrogado até o exercício financeiro de 1990 o prazo para destinação dos recursos de que tratam o art. 5º do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, e o art. 6º do Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, e alterações posteriores.

Parágrafo único. A partir do exercício financeiro de 1988:

a) passará a ser de 24% (vinte e quatro por cento) o percentual a ser creditado em conta do Programa de Integração Nacional (Decreto-lei nº 1.106/70, art. 5º);

b) passará a ser de 16% (dezesseis por cento) o percentual a ser creditado em conta do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Decreto-lei nº 1.179/71, art. 6º).

Art. 14. Fica prorrogado por tempo indeterminado o prazo a que se refere o art. 57 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Art. 15. Aos dispêndios realizados a partir de 1º de janeiro de 1988 não se aplicará o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986.

Parágrafo único. No exercício financeiro de 1988 o limite de dedução do imposto devido, relativo aos dispêndios de que trata este artigo, fica reduzido em 20% (vinte por cento), submetido ao limite global de que trata o art. 12, IX, deste Decreto-lei.

Art. 16. A dedução da quota de exaustão de recursos minerais incentivada, de que tratam os Decretos-leis nºs 1.096, de 23 de março de 1970, e nº 1.779, de 26 de março de 1980, não será aplicável em relação às jazidas cuja exploração tiver início a partir da data de publicação deste decreto-lei.

§ 1º O benefício fiscal previsto nos referidos Decretos-leis é assegurado:

a) às empresas de mineração que, em 24 de março de 1970, eram detentoras, a qualquer título, de direitos de decreto de lavra e aquelas cujas jazidas tenham tido início de exploração a partir de 24 de março de 1970 até 31 de dezembro de 1979, em relação à receita bruta da exploração de cada jazida, auferida até o período-base a encerrar-se em 31 de dezembro de 1988;

b) às empresas de mineração cujas jazidas tenham tido início de exploração a partir de 1º de janeiro de 1980, em relação à receita bruta auferida nos 10 (dez) primeiros anos de exploração de cada jazida.

§ 2º A correção monetária de que trata o art. 28 do Decreto-lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987, não se aplica no caso de quota de exaustão não deduzida em um exercício e transferida para aproveitamento em exercícios subsequentes.

Art. 17. A partir da data de publicação deste Decreto-lei não mais será concedido o tratamento fiscal previsto nos artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 2.075, de 20 de dezembro de 1983.

Art. 18. As vendas canceladas, as devoluções, e os descontos a qualquer título concedidos incondicionalmente serão excluídos da base de cálculo da contribuição devida ao Programa de Integração Social — PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.

Art. 19 — As empresas jornalísticas, enquadradas no Programa de Integração Social — PIS, deduzidas, também, a atividades de prestação de serviços gráficos terceiros, inclusive a impressão de jornais para venda, desde que os serviços gráficos prestados não envolvam a aplicação de mercadorias ao imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, contribuirão, com recursos próprios, para o PIS, na forma estabelecida no § 2º do artigo 3º da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 20. O disposto nos artigos 18 e 19 não autoriza restituição de quantias já recolhidas, nem compensação de dívidas.

Art. 21. O disposto no art. 10 do Decreto-lei nº 2.052, de 03.08.83, aplica-se, também, aos valores correspondentes a direitos de terceiros junto ao Fundo de Participação PIS-PASEP.

Art. 22 O § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, cujo caput foi alterado pelo art. 1º da Lei nº 7.611, de 8 de julho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os seus §§ 2º e 3º e acrescidos dos §§ 4º e 5º:

§ 1º A contribuição social de que trata este artigo será de 0,5% (meio por cento) e incidirá mensalmente sobre:

a) a receita bruta das vendas de mercadorias e de mercadorias e serviços, de qualquer natureza, das empresas públicas ou privadas definidas como pessoa jurídica ou a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda;

b) as rendas e receitas operacionais das instituições financeiras e entidades a elas equiparadas, permitidas as seguintes exclusões: encargos com obrigações por refinanciamentos e repasse de recursos de órgãos oficiais e do exterior; despesas de captação de títulos de renda fixa no mercado aberto, em valor limitado ao das rendas obtidas nessas operações, bem como rendas obtidas nessas operações, bem como rendas obtidas nessas operações, bem como rendas obtidas nessas